

## O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIGRANRIO E O OLHAR DELES ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Beatriz Fonseca Pinto<sup>1</sup>

Diego Augusto Rivas dos Santos<sup>2</sup>

Érica Silva de Oliveira<sup>3</sup>

Jacqueline Carlos Dias<sup>4</sup>

Luziane Alves de Andrade Cruz<sup>5</sup>

Sandra Regina Baliza<sup>6</sup>

Sandy Falcão de Oliveira<sup>7</sup>

**RESUMO:** Esse artigo científico apresenta relevância ao propor conhecer o perfil socioeconômico dos alunos do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO Campus I Duque de Caxias, tendo em vista que trata-se de uma produção elaborada por discentes e docentes que compõem o Núcleo de Pesquisas e Estudos em Políticas Sociais e Serviço Social – NUPEPSSS da UNIGRANRIO, tratando da temática da formação profissional e Serviço Social e da visão desses alunos que estão em processo de formação acerca das políticas sociais diante do cenário de ofensiva neoliberal que provoca o desmonte dessas referidas políticas na contemporaneidade. Visando atingir os objetivos foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica com fontes selecionadas, pois trata-se de um trabalho de investigação, na qual procuramos conhecer mais sobre o tema pesquisado, por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa de análise, após coleta de dados aos discentes do curso e Instituição de Ensino Superior - IES pesquisada.

14

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela UNIGRANRIO e membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social e Serviço Social – NUPEPSSS.

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC/RJ (2015). Especialista em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (2013). Atualmente é professor da graduação em Serviço Social e da Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – Unigranrio.

<sup>3</sup> Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO..

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social pela UNIGRANRIO e membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social e Serviço Social – NUPEPSSS.

<sup>5</sup> Graduada em Serviço Social pela UNIGRANRIO e membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social e Serviço Social – NUPEPSSS.

<sup>6</sup> Assistente Social da UNIGRANRIO. Especialista em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio.

<sup>7</sup> Graduada em Serviço Social pela UNIGRANRIO e membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social e Serviço Social – NUPEPSSS.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; discentes; Política Social; formação profissional

**ABSTRACT:** This scientific article is relevant in proposing to know the socioeconomic profile of the students of the Social Service Course at UNIGRANRIO Campus I Duque de Caxias, considering that it is a production prepared by students and professors who make up the Research and Studies Center in Social Policies and Social Work - NUPEPSSS from UNIGRANRIO, dealing with the theme of professional training and Social Work and the view of these students who are in the process of forming about social policies in the face of the neo-liberal offensive that causes the dismantling of these policies in contemporary times. In order to achieve the objectives, bibliographic research with selected sources was used as a methodology, as it is an investigation work, in which we seek to learn more about the researched topic, through a quantitative and qualitative analysis approach, after data collection. to students of the course and Higher Education Institution - HEI surveyed.

**Keywords:** Social Service; Students; Social Policy; Professional Qualification

## 1. INTRODUÇÃO

O curso de Serviço Social tem por premissa fortalecer o campo de investigação e pesquisa de forma que atendam às necessidades de pensar os Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social. Para que possamos aprofundar o nível de envolvimento dos alunos e professores requer que todos estejam abertos ao novo processo para pensar e desenvolver a pesquisa dentro do curso, assim, sairemos do processo de produção de apenas trabalhos bibliográficos e fortaleceremos outros tipos de produções, tais como artigos, vídeos educativos, dissertações com estudos de casos, entre outros, todos de caráter científico. Ao mesmo tempo ampliamos a capacidade do aluno em debater e discutir com mais profundidade os temas estudados em seus trabalhos dentro dos núcleos temáticos.

Visando atender as questões mencionadas acima e aprofundar-se no universo da pesquisa foi implantado no primeiro semestre de 2018 os Núcleos de Pesquisas do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. Esse artigo científico refere-se a um produto final de sistematização das discussões e atividades realizadas durante todo esse primeiro semestre pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos em Políticas Sociais e Serviço Social – NUPEPSSS. Os nossos encontros tinham por objetivo fundamentar junto aos participantes do núcleo, discentes, assistentes sociais preceptores e docentes, temas que permeassem o universo do Serviço Social, da formação profissional e das políticas sociais.

Esse artigo buscou refletir sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social no Brasil e sua relação com o atual Projeto Ético-Político da profissão, contemplando a formação profissional no atual contexto do ensino superior e questões relacionadas à identidade profissional. Para isso fez-necessário trabalhar a categoria questão social e sua emergência, a gênese das políticas sociais e a legitimação/institucionalização do Serviço Social no Brasil, identificando a relação estabelecida entre esse tripé.

## **2. A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E A GÊNESE DA POLÍTICA SOCIAL**

A questão social<sup>8</sup> emerge no modo de produção capitalista, diante de um forte processo de industrialização que gera um antagonismo entre classe burguesa e a classe proletária, onde a primeira é proprietária dos meios de produção e a segunda necessita da venda da sua força de trabalho para sobreviver nesse sistema. Segundo Pastorini (2010) essa contradição inerente ao modo de produção capitalista damos o nome de questão social que apresenta como principais manifestações a pauperização, a exclusão e as desigualdades sociais.

Segundo Netto (2011) a utilização da expressão questão social passou a ser percebida no século XIX e se apresentou como uma forma sucinta de tratar a grande questão resultante da corrida industrial e o crescente movimento fabril do capitalismo concorrencial iniciados no século anterior, que era a grande pauperização da população. Pela primeira vez na história, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

O modelo de produção capitalista se apropria da força de trabalho do indivíduo que vende livremente seu trabalho para manter seu sustento, o modo de produção cria valor da produção e do trabalho excedente, e revende o produto a mesma classe que o produziu, pagando pelo seu trabalho excedente e real, além de manter a taxa de lucro. Sendo assim, podemos definir questão social como:

---

<sup>8</sup> A questão social torna-se objeto de estudo e reflexão do Assistente Social, tendo em vista que as expressões dessa questão social são objeto de trabalho e intervenção do profissional de Serviço Social. O debate acerca dessa categoria é complexo, tendo em vista as várias conceituações e entendimentos acerca desse conceito na literatura do Serviço Social brasileiro e também no debate francês. Ver PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social em debate, 2010 e IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, 2011.

As expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 84).

Neste cenário, a população passou a perceber que o motivo de não ser favorecida com grandes posses e riquezas estava bem distante do discurso que era propagado pela Igreja, pautado na decisão do divino baseada na fé, mas sim, de uma organização econômica que determinava a esses indivíduos seu lugar como classe trabalhadora. Aqueles que não podiam ou não conseguiam trabalhar, ou seja, encontravam-se em situação de extrema pobreza e fome, dependiam de ações de ajuda e caridade.

Diante da emergência dessa questão social surgem as políticas sociais como formas de amenizar as expressões da “ questão social”, que é a eterna contradição entre as classes trabalhadora e burguesa inerentes ao modo de produção capitalista que explora o trabalho da classe trabalhadora e utiliza seus lucros da forma que bem entende, sem haver distribuição de renda. (NETTO, 2011).

No Brasil, anterior aos anos de 1930, a questão social era tratada como “caso de polícia”:

A frase “questão social como caso de polícia”, dita pelo então Presidente da República Washington Luís, sintetiza o “pensar e o “agir” do Estado no período. As sucessivas vezes em que foi decretado Estado de Sítio representa esse processo de repressão contra a oposição aos interesses hegemônicos. (...) Destaca-se ainda a proibição da capoeira (que foi incluída como crime na revisão do Código Penal de 1890), a expulsão dos anarquistas estrangeiros, a punição ao jogo do bicho, a destruição dos cortiços, as leis de obrigatoriedade das vacinas como mecanismos que também configuraram o controle repressor sobre os pobres. (...) Sinaliza-se que, quando a desarticulada massa ameaçava se transformar em classe social, a piedosa simpatia pelos “deserdados da fortuna”, pelos “humildes”, começou a se converter em práticas repressivas. Cabia à polícia deter o protesto proletário e ainda punir toda sorte de comportamentos “desordeiros”. (BARISON, 2013, p.49)

Cerqueira Filho (1982) entende que a questão social não era uma questão legal em função da sua ilegitimidade política. Desta forma, deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos do Estado. As reações da classe dominada ainda não configuravam na pauta política das classes dominantes, tendo em vista que a

industrialização, naquele período, ainda estava em segundo plano na estrutura de produção brasileira. Fazia sentido, então, desconsiderar a existência da questão social, desqualificar as reivindicações e rebeldias operárias e inscrevê-las no campo do crime.

Com o aceleramento e intensificação do processo de industrialização no Brasil, temos a gênese das políticas sociais que são formuladas como respostas interventivas do Estado as constantes solicitações da classe trabalhadora por direitos que lhes são negados pelo próprio cerne da sociedade burguesa, onde a classe detentora dos meios de produção compreende as reivindicações e organizações da classe trabalhadora como ameaças para a manutenção da ordem capitalista vigente.

Netto (2011) afirma que o Estado intervém com os mínimos necessários para que a população se mantenha viva, a espera de uma vaga no mercado de trabalho para continuar e aumentar o seu potencial de consumo, e claro, a circulação de capital na mão dos mesmos grandes burgueses que, ora investem em novas formas de acumulação, como novas tecnologias, ou na compra de novos postos para aumentar o seu monopólio.

Para manter a ordem da sociedade, Martinelli (2010) relata a aliança entre Estado, Igreja e Burguesia que em 1869 dá seu primeiro fruto, a Sociedade de Organização da Caridade, em Londres, onde reformistas sociais organizam a manutenção sociedade burguesa. As questões advindas da sociedade desigual seriam tratadas de forma paliativa, institucionalizando as obras de caridade já efetivadas pela igreja, utilizando a aproximação das senhoras de caridade com a classe trabalhadora para manter o discurso alienante e repressivo, minando a organização dos trabalhadores por melhores condições de vida e emprego.

### **3. A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

O debate sobre a gênese do Serviço Social é muito antigo de acordo com Montañó (2009), dentro de uma perspectiva histórico – crítica, a gênese do Serviço Social está atrelada ao produto da síntese dos projetos político-econômico que operam no desenvolvimento histórico, entende-se o Serviço Social como uma profissão que desempenha um papel político, tendo sua função marcada pela posição que o profissional ocupa na divisão sócio técnica do trabalho.

Segundo lamamoto (2004), o Assistente social deve cumprir sua função dentro da ordem social e econômica, sendo uma engrenagem na divisão sócio técnica do trabalho, participando da reprodução da força de trabalho e da ideologia dominante, compreendendo a profissão como um produto histórico, sendo produto das relações sociais”.

A gênese do Serviço Social no Brasil acontece durante a década de 1930, mediante a um agravamento da questão social e as necessidades de um profissional que fosse um mediador entre as classes, afim de se tornar uma ferramenta do Estado e da Igreja, tornando-se controlador social. Essa necessidade pairou-se quando a partir do aumento significativo da questão social, por consequência da alteração do modelo agrário comercial para o industrial, que foi o fator chave para a necessidade da existência desse profissional, justamente em momentos em que o trabalhador se revolta contra o sistema, pela pobreza extrema, salários baixos, fome, desemprego, consciência da exploração em que eram submetidos.

O Assistente Social se apresenta para executar as políticas sociais junto a classe proletária e novos acordos como forma de apaziguar suas manifestações e adestrar novamente o trabalhador. O Serviço Social baseado nas doutrinas neotomista passa a se tornar organizativo, dessa vez com a criação do Centro de Estudos e Ação Social, o CEAS, que foi um centro profissionalizador. Em 1932, o CEAS envia para a Bélgica, duas de suas fundadoras para que possam agregar conhecimento acerca da profissão em um país onde a profissão já é consolidada e por consequência possa a vir a formar Assistentes Sociais brasileiras. Em 1936, surge a primeira escola de Serviço Social no Brasil, localizado na PUC em São Paulo, e posteriormente vão se erguendo outras escolas em outros estados do país. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008)

Em 1940 o Serviço Social ganha uma nova roupagem que é trazida graças a influências estadunidense, trazendo uma nova metodologia para o seio da profissão que nesse momento passa a utilizar os métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade. Sua matriz teórica nessa década se volta ao funcionalismo, onde o profissional é um mero reproduzidor acrítico e naturalizando as expressões da questão social (FORTI, 2013). Em 1947 cria-se o primeiro código de ética da profissão, onde toda sua conceituação e atuação profissional recebe fortes influências da igreja católica e da matriz teórica do neotomismo com traços funcionalistas. (BARROCO,

2012). Também em 1947, é realizado o I Congresso Brasileiro de Serviço Social. Grandes instituições foram criadas na década de 40, como o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial, o SENAI e a Legião Brasileira de Assistência, o LBA ambos em 1942 e o Serviço Social da Indústria, o SESI em 1946, tais instituições foram essenciais tanto para o Serviço Social que estava em desenvolvimento como para regularizar o aparelho assistencial que estava sendo questionado pela classe trabalhadora.

Na década de 1950 durante o governo de Juscelino Kubitschek erguia-se a era do desenvolvimentismo, onde se experimenta consideravelmente o aumento da economia e das promessas do progresso, dos “50 anos em 5” como dizia o slogan do então presidente. O desenvolvimento de Comunidade entra a todo vapor e o Serviço Social tem uma concentração nesse tipo de atuação, visto os interesses internos dos Estados Unidos da América enquanto patrocinador, nessa atuação, visto o cenário de guerra fria e a postura dos países capitalistas de amparar países neutros para ficar-lhes do seu lado. A profissão se engrandece a partir de seus múltiplos espaços sócio ocupacionais durante a década de 50, por influência norte-americana o Assistente Social passa atuar em casos de desajustes psicossociais, adentra aos espaços das empresas, em especial as indústrias e se interioriza em novos programas voltados a população rural brasileira, além do afincamento dentro de suas atuações profissionais do cotidiano. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008)

A renovação do Serviço Social ocorre durante a década de 1960, onde o Brasil vivencia uma ditadura militar<sup>9</sup>, perpassa a reconceitualização advindo do Serviço Social da América Latina, nesse momento busca-se a “laicização” da profissão, que ainda nesse momento possui forte vínculo com a Igreja Católica, tais características são imprescindíveis para a erosão do conservadorismo que vem a acontecer anos mais tarde. Essa renovação vem através do primeiro traço propulsor que Netto (2015) nomeia de perspectiva modernizadora, onde a partir das realizações de seminários que propuseram novos modelos teóricos e metodológico,

---

<sup>9</sup> Em 1960 o cenário político, econômico e social era de grandes turbulências, após nove meses no poder, o presidente Jânio Quadros renúncia e entra no poder João Goulart, mais conhecido como “Jango”, que compactuava com as lutas advindas de estudantes, trabalhadores e demais populações que buscavam por mais direitos, por esse lado, militares opositores o consideraram um representante comunista e inclusive tentaram impedir sua posse, porém sem êxito. Jango em meado de março anuncia em um comício na Central do Brasil que faria reformas de base e como forma de contrarrevolução a esse anúncio que iria contra as tendências e objetivos da classe burguesa de estabelecer o desenvolvimento a internacionalização do capital, o golpe militar é instaurado em 1 de abril de 1964 (NETTO, 2011).

advindos do *Documento de Araxá*<sup>10</sup> e do *Documento de Teresópolis*<sup>11</sup> para a atuação profissional, tais reflexões contidas nesses seminários acometeram em três direções principais que Netto (2015) vai chamar de: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

O golpe de 1964 que instaurou um regime de governo ditatorial militar no Brasil, trouxe profundas mudanças em todos os âmbitos nacionais, com uma reorganização do Estado e claro, alcançou mudanças também a profissão do Serviço Social, onde a atuação profissional teve que se encaixar nos modelos de necessidade da autocracia burguesa<sup>12</sup> para continuar servindo enquanto profissão, o Estado repressor buscava uma profissão com atuação técnica, burocratizada e controladora e a viu inserida no Serviço Social brasileiro.

No ano de 1965 é aprovado o novo código de ética da profissão que por sua vez, traz traços de renovação profissional com ideários liberais, porém sem rompimento com as matrizes de concepção neotomista e funcionalista. É durante esse momento de renovação que há uma aproximação com as leituras marxistas, porém, sendo aproveitada parcialmente, apenas enquanto viés ideopolítica, de forma fragmentada e sem grandes transformações no seio da profissão. (BARROCO, 2012)

Em meados da década de 70 surge os seminários de Sumaré<sup>13</sup> e do Alto Da Boa Vista<sup>14</sup> que se configura a reatualização do conservadorismo, durante esse contexto a matriz teórica da Fenomenologia é abrangida a categoria profissional, com suas propostas interventivas de “metodologia dialógica”

De acordo com Netto (2015) a terceira direção do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileira ficou conhecido como intenção de ruptura, a proposta

---

<sup>10</sup> O seminário de Araxá ocorreu em 19 a 26 de março de 1967 e apresentou como finalidade a reformulação dos objetivos e metodologia do fazer profissional para situar-se no contexto da realidade brasileira com intuito de refazer o profissional de Serviço Social ao desenvolvimento ideológico da ditadura. (NETTO, 2015)

<sup>11</sup> O seminário de Teresópolis que aconteceu de 10 a 17 de janeiro no ano de 1970 foi fundamental para traçar estratégias dos quais a profissão tinha necessidade visto as novas demandas, por consequência trouxe o aprimoramento e amadurecimento profissional frente a renovação da categoria. (NETTO, 2015)

<sup>12</sup> Netto em sua obra (2011) traz a perspectiva de autocracia burguesa como um projeto de dominação que estabeleceu a neutralização dos personagens sociopolíticos envolvidos com a democratização da sociedade e do Estado de direito.

<sup>13</sup> O seminário de Sumaré ocorreu em 20 a 24 de novembro de 1978 e teve como resultado a discussão de pautas como Serviço Social e a cientificidade, Serviço Social e a fenomenologia e o Serviço Social e a dialética, temas que possuíam muita relevância durante contexto brasileiro da época.

<sup>14</sup> O seminário do Alto da Boa Vista que ocorreu em 1984 tinha como preocupação principal traçar estratégias para que fossem conectadas a teoria recém apreendida durante os seminários anteriores à prática profissional.



inicial desse movimento é romper com as práticas tradicionais da profissão, práticas essas que eram consonantes com os interesses da classe dominante. Terá início a partir da década de 1970, no âmbito universitário, ao ser criada a pós-graduação em Serviço Social, fazendo emergir um profissional dedicado exclusivamente ao trabalho acadêmico, às pesquisas. A ditadura cada vez mais opressiva desde o decreto do AI-5 em 1968, pelo então presidente militar Artur da Costa e Silva, que entre outras coisas proibia manifestações populares e instituiu censura prévia a todos os meios de comunicação, assim sendo, a universidade era um campo menos inseguro para o projeto de ruptura. Na Reatualização do Conservadorismo houve uma leitura caricata do método dialético, porém agora foi possível uma real aproximação com a teoria marxista.

Essa fase é compreendida em três momentos: emersão, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional. A emersão aconteceu através do Método de BH, onde um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais formulou o Método Belo Horizonte. Propunham uma alternativa que visava romper com o tradicionalismo profissional no plano teórico-metodológico, através de uma crítica teórico-prática. Essa alternativa foi elaborada através de três documentos entre 1971 e 1974, que Netto cita em nota, “A prática como fonte de teoria, uma proposta de reestruturação da formação profissional e Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais” (2015, p.335).

A consolidação, estritamente acadêmica, coloca o projeto sobre novas bases que vão gestando uma nova massa crítica. Netto (2015) esclarece que Yamamoto desponta como autora de destaque, assim como Carvalho, por se apropriarem do marxismo em si. Também destaca Leila Lima Santos que liderou o grupo que elaborou o Método de BH.

O espraiamento configura a inserção e o protagonismo da perspectiva de intenção da ruptura, saindo do âmbito acadêmico passa a dar o tom dos debates do Serviço Social. Em 1979 na cidade de São Paulo é realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ficou conhecido como Congresso da Virada, porque uma vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura, que era composta por nomes oficiais da ditadura, e ocupou esse espaço com representantes da classe trabalhadora, onde o Serviço Social brasileira assumia notoriamente o seu compromisso com a classe trabalhadora. Nesse período também da década de

1970, temos também a gênese do Projeto Ético Político – PEP do Serviço Social brasileiro (CFESS, 2009).

Segundo Netto (2015) o PEP rompe definitivamente com o conservadorismo e adota a teoria social crítica como norte para produção de conhecimento e atuação profissional. A categoria se compromete com a defesa da classe trabalhadora, buscando a emancipação humana, tendo uma nova ordem societária livre de exploração e desigualdade como meta a ser alcançada. A partir dos meados da década de 1980, esse, passa a ser o projeto profissional que busca ser consolidado. Cada vez mais latente, o esgotamento e enfraquecimento da ditadura militar, o Serviço Social também contribui para o processo de redemocratização do país, como coautores e participantes nesse processo de lutas democráticas.

Consolidando o comprometimento profissional de viabilizar direitos e necessidades dos usuários, em 1986 é elaborado o novo Código de Ética do/a assistente social, que assume uma postura profissional radical, rompendo com o conservadorismo no seio da profissão. “Constitui-se em parâmetro para o profissional se posicionar diante da realidade, disciplinando o exercício profissional no sentido de dar garantia à nova proposta da prática dos Assistentes Sociais” (CE/1986). Esse foi o divisor de águas no Serviço Social, foi definitivamente a ruptura com a prática consonante com o Estado e o Capitalismo. Os anos de 1980 foram marcados por muita luta e resistência de diversos movimentos sociais, e o Serviço Social participou mais contundentemente nesses espaços coletivos, assim como preconizava o novo Código de Ética. Todo esse movimento culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

A partir de 1990 os assistentes sociais se aprofundam na elaboração de pesquisas e são reconhecidos pelas agências de pesquisas como tal. Iamamoto cita outras transformações importantes na profissão de Serviço Social:

[...] amadureceram suas formas de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados. Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre o Estado e a sociedade civil, contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto reconhecimento (2015, p.51).

No início dos anos de 1990, Collor é eleito Presidente do Brasil, sua política econômica permite a entrada feroz do neoliberalismo na economia brasileira. Inúmeras privatizações, que se asseveram ainda mais no governo FHC, abertura para o capital estrangeiro e enfraquecimento das indústrias nacionais, crescimento da pobreza, das desigualdades, taxas medíocres de crescimento e crescimento da dívida pública, irão trazer sérios rebatimentos à população e por consequência ao Serviço Social. Contudo, é nessa década que observamos o amadurecimento intelectual da profissão. Iamamoto (2015) assinala a fertilidade dos rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Os documentos que norteiam esse projeto profissional são: o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, nele encontramos os 11 princípios fundamentais – com valores humanistas e visando uma nova ordem societária livre da exploração - que irão nortear a profissão, além dos direitos e deveres do assistente social, das orientações sobre o sigilo profissional e demais orientações para a atuação e conduta do profissional em Serviço Social; a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662 de 1993; e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que contém os princípios e diretrizes da formação profissional, os núcleos de fundamentação, as matérias básicas – que são os componentes curriculares e as matérias básicas – as atividades que integram o currículo.

Segundo Iamamoto (2015), o assistente social, inserido na divisão sócio técnica do trabalho, é trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho especializada. A autora orienta sobre a importância de articular as três dimensões do fazer profissional, que devem ser indissociáveis: dimensão teórico-metodológica, apreensão entre teoria e método, a capacidade do profissional de articular conhecimento teórico com a metodologia; ético-política pontua a necessidade de um posicionamento político do técnico, que oriente os objetivos e finalidades das ações, não deve ser neutro, sua atuação é imbuída de consciência política; e técnico-operativo que se caracteriza pela capacidade de articular meios e instrumentos para materializar os objetivos com base nos valores, é a prática de intervenção em si.

Diante do atual cenário de um capitalismo ferrenho, com o avanço das ofensivas neoliberais, a retração dos direitos sociais, a falta de investimento na área social, o dismantelamento das políticas sociais que se apresentam com caráter cada vez mais compensatório, seletivo, fragmentado e despolitizado, flexibilização, fragilidade dos contratos de trabalho, precarização dos equipamentos, falta de

comprometimento com o PEP, os vorazes avanços tecnológicos e a globalização, dão o tom do advento da pós-modernidade, sendo esses grandes desafios postos à profissão na contemporaneidade.

O advento do pós – modernismo, segundo Simionatto (2009) trará rebatimentos ao s Serviço Social, levando a duas grandes tendências teóricas: A – a primeira relacionada ao neoconservadorismo se expressa através de uma atuação imediatista conservadora, esvaziada, onde os conceitos da pós- modernidade vão se instaurando. Essa tendência, onde os profissionais atuam na imediaticidade dos fenômenos, enfraquece o PEP. B - a segunda tendência, baseada na teoria social crítica marxista, o profissional pautará sua atuação na busca da emancipação humana, comprometido com a classe trabalhadora e com a superação da atual ordem societária, fortalecendo o PEP.

Se na tendência neoconservadora, há diversidade de pensamentos e modelos, na perspectiva crítica marxista não pode haver dúvidas quanto ao papel do assistente social, na busca para além da aparência, chegar a essência. Tanto uma tendência quanto a outra dependerá do posicionamento de cada profissional, na busca pelo constante aprimoramento teórico-metodológico, técnico-operativo (ou não), mas principalmente do posicionamento ético-político que é efetivamente onde se expressa a conduta do profissional em materializar ou não o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

#### **4. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIGRANRIO**

Para a construção do perfil socioeconômico dos alunos do curso de Serviço Social da Unigranrio utilizamos dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa, e tomando por base os dados coletados, iremos analisar alguns indicadores, pautando-se na teoria social crítica de Marx (materialismo histórico e dialético) dentro de uma perspectiva de totalidade, criticidade e historicidade.

A pesquisa quantitativa, por meio de dados numéricos e representação gráfica nos evidencia com exatidão os elementos relevantes que fazem parte do perfil socioeconômico dos discentes pesquisados. Já a pesquisa qualitativa, nos possibilita conhecer a visão dos alunos acerca das políticas sociais na contemporaneidade diante da ofensiva neoliberal que provoca o desmonte dessas

políticas, abrindo espaço para a escuta qualificada aos entrevistados e analisar trechos de suas falas.

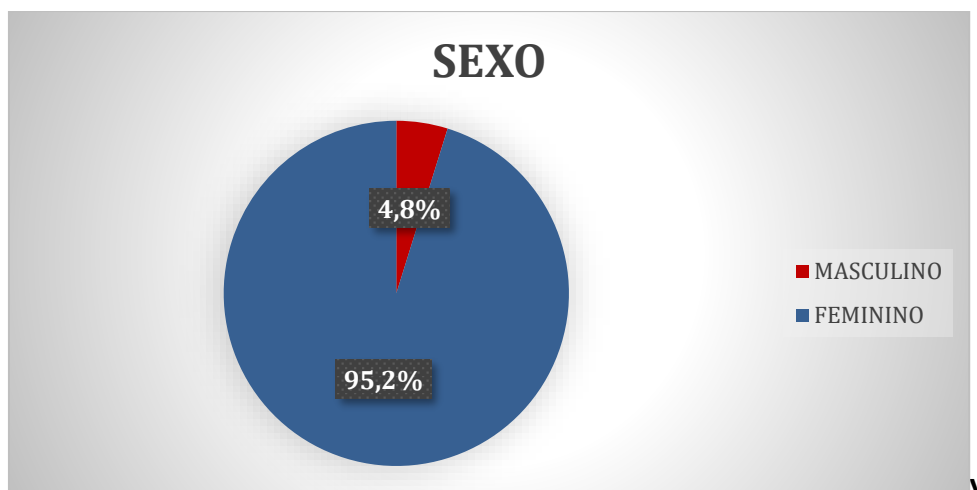
Dessa forma, entendemos que as pesquisas qualitativas e quantitativas se completam. no que tange a proposta do artigo de conhecer o perfil socioeconômico dos discentes e também a sua compreensão acerca das políticas sociais na contemporaneidade, e assim conseguir identificar através da análise de dados as fragilidades e a contribuição que o processo de formação tem possibilitado, no intuito dos alunados compreender a realidade social em sua essência.

Para tanto, utilizamos como instrumentos e procedimentos de pesquisa: o Termo de Consentimento Livre – TCLE e um Questionário com perguntas abertas e fechadas. Cabe ressaltar, que os pesquisados são alunos da graduação do Curso de Serviço Social, da Unigranrio do campus I Duque de Caxias e encontram-se nas respectivas fases: I; III, V, VI, VII e VIII

A construção do perfil dos alunos abordou os seguintes assuntos: sexo; idade; religião; escolaridade; tipo de família; renda familiar; inserção no mercado de trabalho; pessoas formadas na família e o vínculo familiar e motivos que fizeram escolher o curso de Serviço Social, mediante as informações contidas nos 66 questionários recolhidos, diante de um universo de 192 alunos.

26

### Gráfico I - Sexo



De acordo com o gráfico acima dos 104 entrevistados somente cinco eram do sexo masculinos, o sexo feminino ainda é predominante no curso de Serviço Social

o que nos revela que esse quantitativo pode ser fruto de uma origem histórica que faz parte do desenvolvimento da profissão, como coloca a autora lamamoto ao afirmar que a “idealização da vocação natural da mulher para as tarefas educativas, caridosas e preservação da ordem moral e social” (2014, p. 172).

Ainda segundo a autora lamamoto (2014) esse movimento tornavam as mulheres aptas para uma “participação ativa no empreendimento política e ideológico” da classe burguesa. Logo as mulheres eram transformadas em instrumentos legítimos da dominação do capital, para além de não conseguirem romper com as propostas conservadoras e de controle.

Entretanto, na contemporaneidade, ainda pode-se observar tal realidade com a prevalência da feminização da profissão, devido ainda permanecer no imaginário da população, que a mulher possui as características mais evidentes para o exercício do Serviço Social, ainda nos moldes utilizados e destacados no início da história do surgimento da profissão.

Contudo, podemos verificar que na sociedade contemporânea a condição da mulher ainda sofre reflexos da ideologia machista e patriarcal referente a desigualdade de gênero, perpetuada nas relações sociais. Outro fato que comprova a predominância feminina são os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, que ao fazer um censo em 2016 do perfil dos alunos no ensino superior, constata que quase 91% dos alunos nas universidades privadas é composto pelo sexo feminino e 9,3% do sexo masculino.

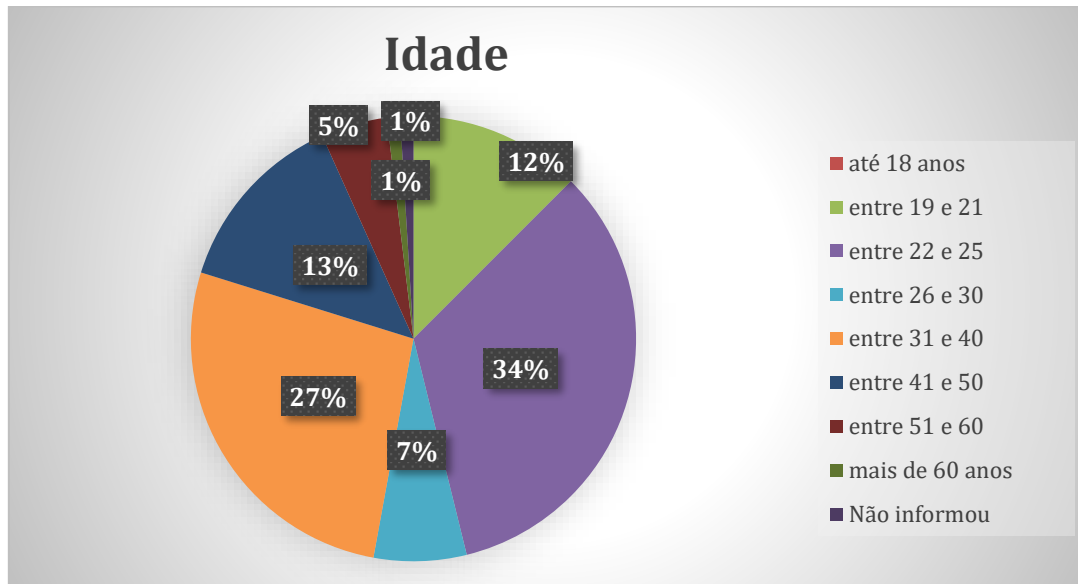
Com isso podemos compreender a presença massiva de discentes do sexo feminino, entretanto, com todos esses elementos que influem na condição da mulher na sociedade e também na profissão não impossibilitou que tenhamos uma enorme contribuição feminina referente a construção de novas pesquisas e de um conhecimento crítico acerca da realidade social apresentada, mesmo diante de tantos desafios e dificuldades.

Para tanto, acreditamos após análise dos dados que o perfil feminino que envolve o curso de Serviço Social da Unigranrio tem este desafio como proposta de enfrentamento.

### **Gráfico II - Idade**

Nota-se ao observar o gráfico abaixo que o maior percentual de discentes do curso de Serviço Social, está entre 22 a 25 anos, compondo assim 34%. Percebemos que a juventude diante de tantas dificuldades tem buscado uma maior

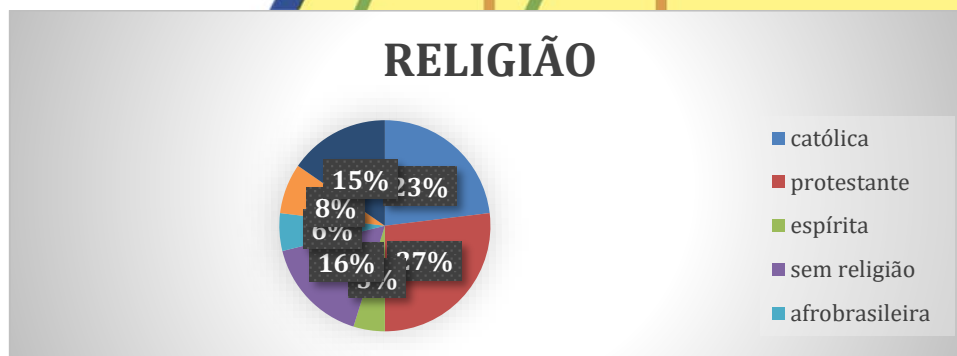
preparação profissional para sua inserção no mercado de trabalho. Um dado significativo é o fato de termos alguns estudantes retomando os estudos após anos estarem distante dos espaços educacionais.



Com base na pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior em 2017, 63% dos estudantes adiarão a entrada na faculdade, devido dificuldades financeiras e 14% por não obterem bolsas ou financiamento estudantis.

Não podemos esquecer que as mulheres que estão se inserindo na faculdade após os 40 anos de idade não deu continuidade aos estudos antes por ter como responsabilidade atender a uma dupla jornada que implicou na continuação dos seus estudos. Porém, o desejo de obter uma colocação melhor no mercado trabalho refletiu na busca de maior instrumentalização, sendo esta uma oportunidade de ascensão social e econômica.

### **Gráfico III – Religião**

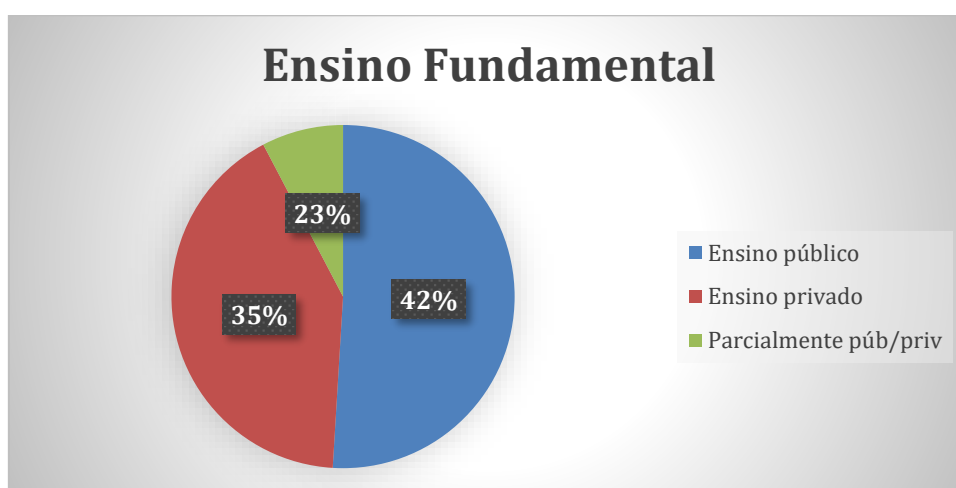


Conforme o gráfico acima no que tange a religião, 23% dos discentes afirmam ser católicos, 27% protestantes, 5% espírita, 16% informaram não ter religião, 6% da religião afro, 8% informaram outros tipos de religião e 15% não marcaram nenhuma opção. Podemos perceber no que se refere a questão religiosa apresenta-se uma diversidade significativa, evidenciando que o curso vem tendo aderência de pessoas com diversas crenças não sendo mais este predominante de pessoas protestantes ou católicas.

#### Gráficos IV – Escolaridade

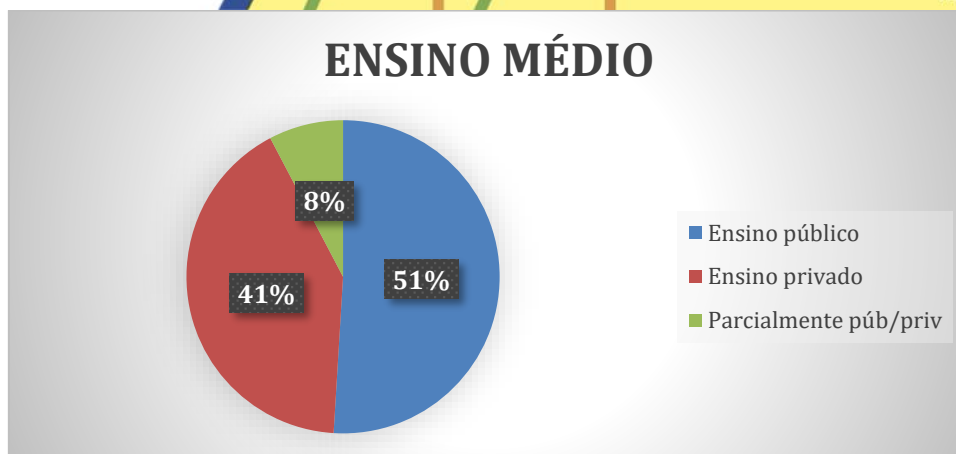
Os gráficos abaixo mostram os dados referentes ao ensino fundamental e médio em instituições pública e privada.

**Gráfico IV - A**



**Gráfico IV - B**





Conforme observado no gráfico IV - A 42% dos discentes do curso realizaram o ensino fundamental na escola pública e 35% na escola privada, sendo 23% foi parcialmente público e privado. Já no gráfico IV – B, temos 51% de discentes que fizeram o ensino médio na escola pública. Essa inserção ao ensino público revela o processo de democratização que este tem alcançado.

Segundo Ministério da Educação nos anos de 2016 e 2017 foi contabilizado um total de 7,9 % de alunos inseridos no ensino médio integral, essas estatísticas revelam que a meta ainda está um pouco distante de ser alcançada, pois é proposto por esse Ministério o valor de 13% de alunos cursando o ensino médio em tempo integral até o final de 2018.

Referente ao ensino fundamental existe 13,9%, de alunos inseridos em tempo integral, mas quando comparado com o ano 2016 foi percebido uma queda de 9,1%.

Vale ressaltar, que o desafio de dar continuidade aos estudos, após o término do ensino médio pode ter sido possibilitado pelas ações afirmativas, pensando no ingresso no Ensino Superior, embora estas sejam mediadas temporárias tem se configurado como uma oportunidade única de inclusão na Universidade para muitos.

Em relação a composição sócio familiar, dos 104 pesquisados, 54% dos discentes afirmam fazer parte uma família nuclear, em segundo temos a configuração monoparental feminina com 11%, porém um número expressivo de alunos não informou o seu tipo de família com 21%. Em alguns casos durante a aplicação do questionário percebemos dificuldade dos alunos em reconhecer qual o tipo de configuração familiar faz parte. Com base em Szymanski

O ponto de partida é olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas,

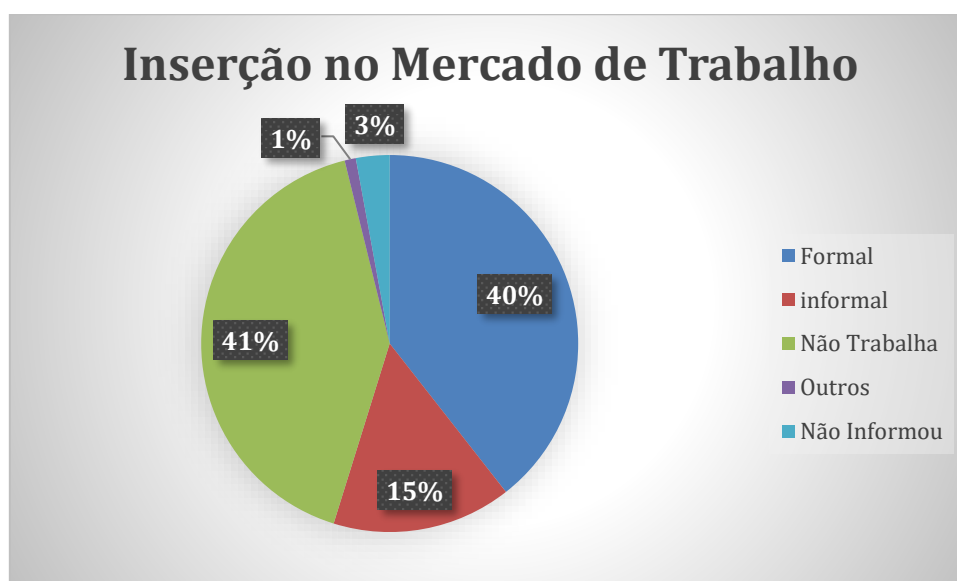
dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem os idosos, formam crianças e adolescentes (2001, p.37).

Dessa forma, reconhecer a existência e compreender as diversas configurações familiares é necessário ter esse olhar, que não seja engessado ou tradicional buscando a todo custo enquadrar a sua composição familiar nos moldes conservadores da sociedade. Logo, é imprescindível repensar para não cair na armadilha que não reconhecer a sua composição familiar devido esta não acompanhar os moldes tradicionais.

Em relação a renda familiar, a maior parte dos alunos que correspondem a 23% possuem uma renda familiar de até 2 salários mínimos, seguido de 52% dos discentes que possuem a renda familiar até 3 salários mínimos, 1% tem a renda familiar de 4 a 5 salários mínimos, 3% possuem renda familiar acima de 6 salários mínimos, enquanto 10% não informaram a sua renda familiar.

Embora a maior quantidade de discente tenha como renda familiar o valor de 1,874 que corresponde a dois salários mínimos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE informa que segundo os dados da pesquisa do Pesquisa Nacional de Amostra dos Domicílios - PNAD referente aos 4 trimestres de 2017 a renda per capita familiar gira em torno de 1,445 reais, ou seja, quando confrontamos os dados obtidos com a pesquisa com os discentes percebemos que não houve muita diferença, mostrando assim a real condição das famílias.

**Gráfico V - Inserção no mercado de trabalho**



O gráfico acima trata da inserção dos discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio, do campus Duque de Caxias, no mercado de trabalho.

Ao analisar os dados podemos perceber que 40% estão inseridos no trabalho formal, 15% desenvolvem algum tipo de trabalho informal e 41% não trabalha. Ou seja, o corpo discente é formado por trabalhadores que assumem uma jornada dupla ou tripla quando tomam a decisão de conciliar, estudos, trabalho e família. Segundo o IBGE:

Além do acesso ao trabalho, medido pela ocupação e pela desocupação, uma questão relevante diz respeito à qualidade dos postos de trabalho ocupados incluída no eixo das oportunidades de empregos. A proporção de pessoas ocupadas na semana de referência em trabalhos formais cresceu levemente nos anos de 2012 e 2016 para pessoas de 16 anos ou mais de idade – 59,0% e 61,2%, respectivamente. Entretanto, quando analisada por grupos etários, a formalidade apresentou estabilidade para o grupo dos jovens de 16 a 29 anos de idade – 58,7% em 2012 e 58,4% em 2016, enquanto elevou-se para os demais grupos etários, principalmente para pessoas de 50 anos ou mais de idade que mantiveram tendência de crescimento mesmo durante a crise econômica<sup>15</sup>.

**32**

No entanto, o gráfico evidencia uma realidade também constatada pelo IBGE, pois a maioria dos discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio tem a faixa etária em torno de 22 a 25 anos e são esses que geralmente ocupam o mercado de trabalho informal, mas alguns ainda continuam de fora e aqueles que idade superior tem dificuldade de inserção buscando na graduação uma oportunidade de se capacitar para (re) integrar o mercado de trabalho.

A pesquisa revelou que 63% dos discentes tem uma pessoa da família que já cursou o ensino superior, 32% são primos, 15% são os tios, 11% são os pais, 22% são os irmãos e 8% são outros.

No entanto, podemos perceber que 36% dos discentes informaram ser eles os primeiros da família a se inserir no ensino superior.

Ao analisar as informações dos dois gráficos acreditamos que as ações afirmativas tenham contribuído para a mudança desse quadro, pois a maior quantidade de pessoas que fizeram a graduação são os primos.

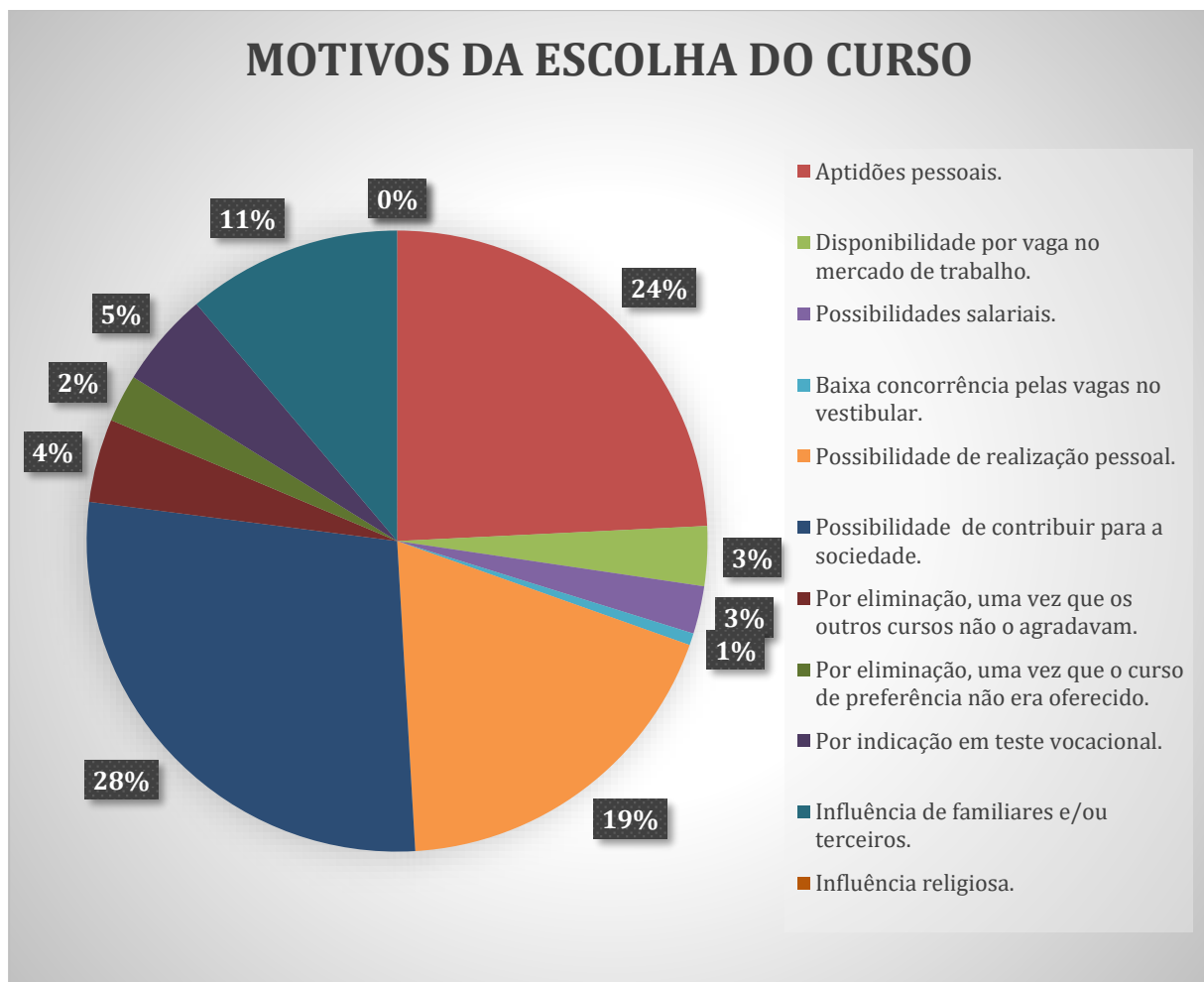
Segundo o censo 2016 do INEP neste ano cerca de 3 milhões alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação, sendo um total de

<sup>15</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acessado em 02 de junho de 2018.

82,3% em instituições privadas, por isso quando é feita uma comparação com o ano de 2015 fica evidente que 2,9% dos alunos ingressantes foram de fato na privada.

Outro dado, colocado pelo INEP justificando essa diferença, é o acréscimo de 20% da modalidade à distância e um decréscimo 3,7% dos alunos ingressantes no ensino presencial.

**Gráfico VI – Motivos que fizeram escolher o curso**



O gráfico acima é referente aos motivos pelos quais os discentes escolheram fazer o curso de Serviços Social. Sendo assim, 24% dos discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio fizeram as suas escolhas com base nas suas aptidões,

19% dos discentes por possibilidade de realização pessoal, 28% possibilidade de contribuição para a sociedade e 11% dos alunos afirmam que fazem o curso devido a influência de familiares e/ou outros.

Quando observamos o primeiro gráfico que fala sobre o sexo dos discentes e este último, entendemos os motivos que levaram a maioria a escolher a profissão por aptidão, pois como comentado anteriormente, ainda percorre no imaginário da sociedade a concepção que a mulher tenha condições de realizar atribuições vinculadas ao cuidado.

Porém, devemos reconhecer que a escolha profissional, pressupõe-se que o sujeito tenha certo conhecimento sobre a mesma, mesmo que este seja baseado no conhecimento do senso comum. Logo, a escolha de uma profissão é coberta de indagações que na verdade só serão respondidas no decorrer ou ao final do curso.

Observa-se também que nenhum pesquisado apontou como resposta, dentre as alternativas, à motivação da escolha do curso de Serviço Social devido à baixa concorrência no vestibular ou por influência religiosa.

Entendemos que o perfil dos discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio em sua maioria é do sexo feminino, tendo como faixa etária a idade entre 22 e 25 anos, no entanto, a religião predominante é a católica, mas muitos não pronunciaram-se quanto a religião que faz parte.

Uma parte significativa dos alunos fizeram o ensino fundamental e médio em instituições públicas, a sua renda familiar é em torno de 2 salários mínimos e quase a metade não estão trabalhando.

Referente ao responder o tipo de família, alguns apresentaram dificuldades, no que tange reconhecer as diversas configurações familiares e também em qual configuração a sua família se encaixa.

Identificamos que a maioria faz parte da família nuclear e estes não são os primeiros dessa família a ocupar o espaço da Universidade. A conclusão da graduação atualmente já foi realizada por diversas pessoas da sua família ou que mantém algum tipo de vínculo.

Os motivos que contribuíra para os discentes escolherem o curso de Serviço Social tem predominância na questão da aptidão, possibilidade de realização pessoal e de contribuição para sociedade. Dessa forma, através da análise de dados constatamos que o perfil dos discentes do curso é composto por uma multiplicidade de elementos que formam múltiplas identidades.

## 5. O OLHAR DOS DISCENTES ACERCA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade as políticas sociais têm sofrido inúmeros rebatimentos devido a ofensiva neoliberal, onde se percebe um processo de racionalização dos serviços sociais, um desmantelamento e uma precarização que traz implicações diretas para a vida do usuário e para o cotidiano profissional.

Nos anos 1990, as ideias neoliberais adentram no Brasil, embora tardiamente, se comparado aos países de capitalismo central, este veio trazendo o desmonte de conquistas sociais obtidas com a Constituição Federal de 1988, causando impactos no desenvolvimento das políticas sociais<sup>16</sup>, que vêm sendo delineadas pela tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contra-reforma neoliberal<sup>17</sup>.

Diante desse cenário da configuração das políticas públicas, a consolidação das políticas sociais, também vem sendo atravessada por transformações advindas do processo de reorganização do capital mundial, que trouxe e vem trazendo mudanças substanciais e aceleradas, ocasionando impactos significativos para o mundo do trabalho, assim como no papel do Estado, da sociedade civil e na organização das políticas sociais.

Diante desse cenário de desmonte um dos pesquisados concordam ao afirmar que:

Em uma sociedade capitalista e governada com as ideais neoliberais não poderia ser de outra maneira, pois essa vertente política tira tudo da população só não tira sua força de trabalho, pois só assim vai continuar a produção e reprodução do capital. (ENTREVISTADO)

35

---

<sup>16</sup> As políticas de corte neoliberal – consagradas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson no chamado “Consenso de Washington”- caracterizam-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (Soares, 2003, p.19).

<sup>17</sup>A expressão contra-reforma é utilizada por Behring (2003, p. 213), em seu livro “Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos”, no qual a autora, com base em Mattoso (1999), expõe que a contra-reforma concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

Nesse sentido, constata-se que a estratégia neoliberal de desmonte das políticas sociais, transita pelo crescimento precarizado da rede de serviços, e ainda pela fragmentação dos trabalhadores, via terceirização – com precárias condições de trabalho, e com dificuldades concretas em garantir sua organização política unificada e a valorização de sua intervenção.

Como comentado anteriormente Netto (2011) ressalta que a intervenção do Estado frente as expressões da “questão social” têm se limitado em viabilizar o mínimo desde sempre e essa estratégia contribuiu para a manutenção da população usuária, porém não dá conta de viabilizar políticas sociais efetiva frente a demanda que se apresenta.

Neste sentido, afirma Sader (2004, p.9), que “as políticas neoliberais, ao orientarem-se centralmente pela retração do Estado, abrindo espaços para a extensão das relações mercantis, se chocam diretamente com os interesses públicos e com os direitos universais da grande maioria dos cidadãos”.

Contudo, sabemos que a área social sempre foi pensando por parte do Estado em detrimento da área econômica e política. Logo o Estado, alheio às demandas sociais, investiu constantes esforços na economia do país e, quando era pressionado pelas camadas populares reivindicantes, acabava adotando na maioria das vezes medidas casuísticas, em forma de políticas sociais para respondê-las.

Um dos pesquisados reconhecer que a busca por mudanças desse quadro também deve partir de nós, porém reconhecemos que a população não pode ser culpabilizada pela forma que vem se organizando o país, no entanto, como sujeitos de direitos devemos sim incentivar as mobilizações por parte da sociedade civil requisitando do governa maior responsabilidade e compromisso no cumprimento do seu dever. Assim coloca os pesquisados:

Diante a tudo que estudei sobre políticas sociais, vejo que há um agravamento de como essas políticas estão sendo afetadas e a população também pelos neoliberais. Cabendo a nós profissionais nos unirmos junto aos movimentos sociais na busca de mudar esse desmonte. População, classe trabalhadora, os movimentos sociais podem mudar o quadro que se encontra o Brasil no eu tange as políticas sociais. (ENTREVISTADO)

Uma realidade cada vez mais presente, que acaba por punir a classe trabalhadora que se encontra em vulnerabilidade social. Totalmente desfavorável a luta por igualdade e ao que promulga a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos direitos, principalmente ao exercício da cidadania. (ENTREVISTADO)

Isso vem tirar conquistas dos trabalhadores, que através de lutas e reivindicações conseguiram, fazendo com que as pessoas sem condições financeiras fiquem mais e mais sem acesso aos mesmos. (ENTREVISTADO)

A partir da análise das respostas dos pesquisados é notório que os discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio, campus Duque de Caxias reconhecem o processo de desmantelamento que as políticas sociais vêm sofrendo no decorrer dos anos e também entendem que a proposta neoliberal que adentrou o Brasil na década de 1990 tem incentivado o redimensionamento do Estado frente a elaboração e implementação das políticas sociais.

Contudo, esse conhecimento nos parece pela fala de cada um, proveniente de uma formação profissional do qual estão inclusos e que faz toda diferença quando este entendimento nos revela que tal processo não traz rebatimento somente para a vida do indivíduo, mas para o próprio cotidiano 9profissional.

Para a autora Draibe:

Os limites das políticas sociais são reais, mas não absolutos. Apenas o individualismo exacerbado poderia suprimir do seu estreito campo de visão as energias positivas também mobilizadas pela reestruturação produtiva e que, se não são suficientemente fortes para contra-arrestar os efeitos socialmente deletérios da globalização, podem, entretanto ser potencializadas pela vontade política dos governos [...]. O ponto de partida é o reconhecimento dos novos significados que hoje integram a noção de equidade, quando referida, por um lado, às atuais tendências de reestruturação das economias e, por outro, ao problema da pobreza (1997, p. 10)

**37**

Diante disso, identifica-se que o conhecimento pode ser fonte de um modo de explicitação do exercício profissional do assistente social. Esta relação ganha corpo quando o profissional se apropria do conhecimento como um dos elementos presentes na profissão e necessários para sua qualificação.

Portanto, cabe ao assistente social reconhecer os elementos que envolve esse cenário, pois este estará presente no cotidiano profissional que é envolvido por um viés imediatista, para além das tendências teóricas neoconservadoras que de forma muito natural leva o profissional ter um pensamento crítico, mas a sua prática é imediatista e conservadora, conforme apresenta Simionatto (2009).

Como a nossa pesquisa está voltada para a visão dos discentes acerca das políticas sociais ressaltar esse debate no interior da sala de aula é imprescindível, para que este não venha desenvolver uma compreensão da realidade fragmenta,



mas que a consiga decifrar a partir de todo um conhecimento teórico-metodológico será incorporado no decorrer do processo de formação.

Para tanto, pensar o processo de formação revela um compromisso contínuo para com a categoria e também classe trabalhadores, pois como bem falaram os discentes “precisamos parar e reivindicar nossos direitos”, mas sabemos que esse movimento não pode ocorrer esvaziado. Dessa forma o processo de formação se configura como um momento oportuno de formar novos saberes e romper novos desafios.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo visa trazer um ensaio acerca dessa discussão sobre a formação profissional em Serviço Social que necessita ser aprofundada, devido à complexidade do assunto em questão. Este tema é muito desafiador por trazer grandes indagações e questionamentos, que não tem como ser esgotados com este artigo científico, por isto a necessidade de novos debates acerca desta temática, para que se tragam novas propostas e estratégias.

Vale ressaltar que a educação é um direito de todos os cidadãos e garantido por lei, e os profissionais de Serviço Social estão cada vez mais sendo inseridos na área da educação, tanto no setor público quanto no privado e todos os assistentes sociais comprometidos com o seu Projeto Ético-Político em sua prática profissional é habilitado para intervir na garantia deste direito e assim buscar sempre a qualidade do ensino em nossa sociedade.

Através dessa investigação que utilizou-se de pesquisa bibliográfica e exploratória, além de coletar dados dos alunos do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO do campus I Duque de Caxias, foi possível identificar e analisar o perfil socioeconômico desse grupo, além de conhecer a visão deles acerca das políticas sociais na contemporaneidade. Essas opiniões enriqueceram esta pesquisa, através dos dados revelados podemos constatar que o perfil dos discentes apresentou uma configuração diversificada. Em sua grande maioria são alunos trabalhadores, que desenvolvem uma dupla e/ou tripla jornada, para além dos desafios enfrentados pelos mesmos na busca pela qualificação e um lugar de destaque no mercado de trabalho.

Os discentes são em grande quantidade do sexo feminino, mas isso mostra o quanto as mulheres ainda mantêm uma busca constante por melhores qualificações. O fato deles não serem os primeiros a se inserir no ensino acadêmico evidencia o quanto os indivíduos têm tido a oportunidade de se inserir nesses espaços buscando a sua ascensão profissional.

Outro ponto relevante a ser referenciado, são alguns dos motivos que levaram os discentes a escolherem o curso de Serviço Social, no questionário foi possível marcar várias opções, mas a que nos chamou atenção, enquanto, pesquisadores é o desejo expressado pelos alunos, por terem o interesse de contribuir para com a sociedade.

Essa realidade deixa explícita que ao passo que os discentes são envolvidos em um processo de formação de qualidade temos a oportunidade de formar profissionais comprometidos e compromissados com a classe trabalhadora.

Enfim, a pesquisa nos mostrou a particularidade de cada discente pesquisado e além de nos proporcionar novas reflexões sobre o processo de formação profissional e a visão de cada um acerca das políticas sociais na contemporaneidade.

39

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARISON, Mônica Santos. Polícia: Reflexões sobre a Questão Social e a Primeira República. Cadernos UniFOA ; Edição nº 22 -Agosto/2013;

CFESS, CFESS Manifesta. 30 anos do Congresso da Virada. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf> Acesso 02/06/18.

CFESS. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL (APROVADO EM 09 DE MAIO DE 1986). Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf) Acesso em 02/06/18.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE, Vol. 11, n. 4, 1997

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissão. 26ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço social: identidade e alienação*. 6º edição. São Paulo: Cortez, 2000.

NETO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8º edição. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria: questão social em debate*. 3º edição. São Paulo: Cortez, 2010

SIMIONATTO, Ivete. *As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política*. *In. SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SADER, Emir. *Direitos e Esfera Públicas*. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, Ano XXV, n. 77, Março, 2004. p. 5-29.

SIMIONATTO, Ivete. *As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política*. *In. SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.